

97 / I s. 04

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

***O PAPEL DO BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA -
BESC - NO PADRÃO DE FINANCIAMENTO DO ESTADO
NOS ANOS 60 E 70***

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para
obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 - Monografia.

Por: Andréia Rosenir da Silva

Orientador: Prof. Dr. Renato Campos

Área de Pesquisa: Economia Catarinense

Palavras - Chaves: 1. padrão de financiamento
 2. sistema financeiro catarinense
 3. Besc

Florianópolis, Abril de 1997.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

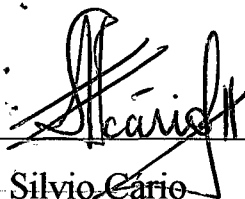
A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota...8,0... a aluna Andréia Rosenir da Silva na disciplina CNM 5420 - Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:



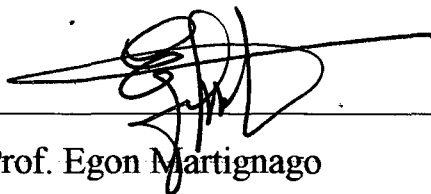
Prof. Dr. Renato Campos

Presidente



Prof. Dr. Silvio Cario

Membro



Prof. Egon Martignago

Membro

Dedico este trabalho

aos

meus pais.

Obrigada pela confiança.

*“ Hoje o tempo voa
Escorre pelas mãos
Mesmo sem se sentir
E não há tempo que volte
Vamos viver o que há pra viver
Vamos nos permitir”
(Lulu Santos)*

AGRADECIMENTOS

À minha família pelo incentivo constante.

Ao meu orientador Renato Campos, pelo apoio, dedicação e amizade.

Aos meus amigos de pesquisa: Ana, Alessandra, Vander, Luís, Eliane, e ao professor Ary Minella.

À diretoria do BESC, pelo atendimento.

Aos meus colegas de curso, professores e servidores.

Em especial à algumas pessoas amigas que sempre estiveram ao meu lado: Ana, André, Heitor, Vilela, Ana Carina, Alessandra, Berta, Francesca, Rolf, Nichola, Toni, Mami, Omama, Jerusia, Alvim, Guilherme, Benilson, “gordinho”, Luís Pereira, Elisa e a todos os outros que não se sintam excluídos!

Ao Sandro Yuasa, meu !!! pelas risadas intermináveis.

Ao querido amigo Hamilton D. Franco (*in memoriam*).

Muito obrigada!

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

1. Diretoria do Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina..... 19

LISTA DE TABELAS

1. Valores Aplicados na Indústria Catarinense -1964.....36

LISTA DE SIGLAS

BADESC	Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina
BDE	Banco de Desenvolvimento Econômico do Estado de Santa Catarina
BESC	Banco do Estado de Santa Catarina S/A.
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRDE	Banco Regional de Desenvolvimento Econômico do Extremo Sul
CNI	Confederação Nacional das Indústrias
ESG	Escola Superior de Guerra
FIESC	Federação das Indústrias de Santa Catarina
FUNDESC	Fundo de Desenvolvimento de Santa Catarina
PLAMEG	Plano de Metas do Governo
PRP	Partido Republicano Popular
PSD	Partido Social Democrático
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
UDN	União Democrática Nacional

RESUMO

Este trabalho busca verificar o papel do Banco do Estado de Santa Catarina no padrão de financiamento estadual nos anos 60 e início dos anos 70, e mostrar os investimentos realizados por este no setor industrial do Estado. Para tanto, enfoca-se neste trabalho as características do padrão de financiamento catarinense no início dos anos 60 e a inserção do Besc como articulador do mesmo sistema financeiro estadual. A pesquisa é descrita no contexto político do período, o qual influenciou na organização do padrão de financiamento catarinense. Utilizou-se como metodologia: pesquisas bibliográficas sobre os tema proposto e, também, análise de relatórios do banco para o período citado. Viu-se na pesquisa: que o Banco do Estado de Santa Catarina possibilitou ao Governo Estadual inserir-se no contexto econômico e político do país, articulado através do padrão de financiamento estadual; que foi o Besc o fomentador da economia catarinense até a primeira metade dos anos 70, impulsionando o crescimento de grandes empresas privadas na economia regional através do Fundo de desenvolvimento do estado; que em 1973 foi criado um novo agente financeiro, o Badesc, que serviu para dar continuidade a expansão econômica do Estado catarinense, pois nesse período, o Besc ganha um novo papel diante do governo estadual, quando passa à cuidar da rolagem da dívida pública do Estado, através da venda de títulos no mercado financeiro.

SUMÁRIO

	Página
- LISTA DE FIGURAS.....	VI
- LISTA DE TABELAS.....	VI
- SIGLAS.....	VI
- RESUMO.....	VII
1 - O PROBLEMA.....	1
1.1. Introdução.....	1
1.2. Formulação da Situação - Problema.....	3
1.3. Objetivos.....	7
1.3.1. Geral.....	7
1.3.2. Específicos.....	7
1.4. Metodologia.....	8
2 - O Padrão de Financiamento Brasileiro até a década de 60 e a Inserção de Santa Catarina.....	9
2.1. Definição.....	9
2.2. Desenvolvimento.....	9
2.2.1. Santa Catarina e o Padrão de Financiamento.....	13
3 - A Criação do Besc e a Reforma do Sistema Financeiro Nacional (1964-1968).....	17
3.1. Criação do BDE - Breve Histórico.....	17
3.2. Reforma do Sistema Financeiro Nacional (1964-1968).....	20
3.3. As modificações no Sistema Financeiro Estadual Catarinense	26
4 - As Características do Padrão de Financiamento Estadual Catarinense.....	28
4.1. Introdução.....	28
4.2. O Besc como Principal Agente Articulador do Padrão Estadual de Financiamento.....	29
4.2.1. Distribuição dos Recursos.....	34

4.2.2. O Besc Nasce Articulado com o Plano de Metas do Governo num Contexto de Mudanças Políticas Estaduais	36
4.2.2.1. O Seminário Sócio - Econômico.....	37
4.2.2.1.1. Energia.....	38
4.2.2.1.2. Crédito.....	39
4.3. Os Reflexos da Reforma Financeira Nacional no Papel do Besc.....	41
4.3.1. O novo Papel do Besc.....	42
4.3.2. A Criação do Badesc.....	43
5 - Consideração Final:	45
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	47

1. O Problema e Objetivos

1.1. Introdução

O tema proposto é a pesquisa do papel exercido pelo Banco do Estado de Santa Catarina no padrão de financiamento da economia catarinense nos anos 60 e início dos anos 70, tendo em vista que foi a partir da constituição de um padrão de financiamento do Estado que a indústria catarinense alavancou seu desenvolvimento, já que até início dos anos 60 apresentou-se com mecanismos de financiamento desarticulados e com uma infra-estrutura básica sucateada, principalmente no setor energético. Isto refletiu, durante muito tempo, um desvio de investimento produtivos dos órgãos financeiros nacionais para os outros Estados da Região Sul. Santa Catarina, durante o período de 1952 - 1960, recebeu apenas 7 % desses recursos federais, os quais objetivavam promover o desenvolvimento econômico regional dos mesmos, propagados pela política desenvolvimentista do governo JK, - sendo que a maior parte desses recursos foram repassados para os Estados do Paraná e do Rio Grande do Sul.

Uma característica importante do Estado catarinense nos anos 50 foi em relação à questão política interna. Em 1951, a oligarquia Konder-Bornhausen havia quebrado com uma sucessão de poder político, vigente desde a Revolução de 30, concentrado nas mãos da oligarquia Ramos. Foi nesse contexto político, que articulou-se a formação de um padrão de financiamento no Estado, explicitado a partir do governo Celso Ramos com: a institucionalização de seu Plano de Metas - o PLAMEG I, que criou o Besc como seu principal órgão de crédito, e inserindo o governo estadual no padrão de financiamento nacional.

As reformas estruturais e financeiras realizadas no governo militar que buscaram então ampliar o acesso ao crédito externo, bem como, dar maiores poderes ao Governo Federal através da concentração Fiscal e redefinição de sua capacidade de financiamento da economia nacional; ação que refletiu-se nos Governos Estaduais através de seus bancos estaduais, ampliando suas possibilidades de captação de recursos nos Sistemas Financeiros nacional e internacional.

A reforma financeira traria para o Sistema Financeiro estadual catarinense uma redefinição na atuação de seus organismos de financiamento nos anos 70.

Portanto, é a partir desse quadro que realiza-se a pesquisa, objetivando-se mostrar as características do padrão de financiamento catarinense, articulado a partir da constituição do Banco do Estado de Santa Catarina - Besc, e enfatizar o seu papel na economia estadual pontuando os reflexos da reforma financeira de 64, até a criação de um novo agente financeiro no Estado, o Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - Badesc (1973).

1.2. Formulação da Situação - Problema

A questão levantada no presente trabalho é a de analisar o papel do Banco do Estado de Santa Catarina como agente do padrão de financiamento na economia catarinense entre os anos 60 e 70. Como orientação para a pesquisa, utilizou-se autores que estudam: o padrão de financiamento brasileiro; a reforma do Sistema Financeiro; e o desenvolvimento econômico catarinense.

Goldenstein, que analisou a crise do padrão de desenvolvimento brasileiro, utilizou a seguinte definição para o padrão de financiamento:

“Um padrão de financiamento é definido pela forma pela qual os recursos são mobilizados em uma economia capitalista. Depende, portanto, de como se dá a articulação do conjunto de agentes responsáveis pela mobilização dos fundos. Ou seja, resulta, antes de mais nada, das relações de poder existente entre o Estado e o setor privado nacional, o Estado e o resto do mundo, o setor privado nacional com o resto do mundo e entre os diferentes segmentos do setor privado doméstico entre si - setores produtivos, bancário e agrário - além das relações entre estes três agentes - Estado, capital nacional e capital internacional - e os diferentes segmentos da classe trabalhadora.” (GOLDENSTEIN, 1994, p. 58).

É com base nesse conceito de padrão de financiamento que encontra-se o objeto de estudo proposto, ou seja, a possibilidade de estudar-se um banco como agente de um padrão de financiamento articulado com os agentes econômicos responsáveis pela mobilização de capital produtivo.

A constituição do padrão de financiamento brasileiro iniciou-se na década de trinta, durante a consolidação do mercado interno e início do processo de industrialização nacional. A causa principal para seu surgimento foi a conseqüente falta de investimento do setor privado nos setores dinâmicos da economia interna.

Foi nesse contexto que durante a década de 50 e 60, surgiram no Brasil os chamados bancos de desenvolvimento como o BNDES. Estas instituições viabilizariam o desenvolvimento industrial brasileiro captando recursos financeiros para os setores privado e estatal.

Com a escassez de recursos para investimentos de longo prazo na indústria catarinense durante os anos 60, criou-se um banco de desenvolvimento para tornar viável os investimentos privados na economia catarinense.

Idaulo José Cunha é um dos autores catarinenses que ressalta a falta de investimentos e as deficiências da infra-estrutura na economia catarinense. No seu trabalho, *o Salto da indústria Catarinense: um exemplo para o Brasil*, aborda o papel que Santa Catarina teve na economia brasileira no pós-Segunda Guerra, deixando de ser uma economia voltada à própria subsistência e tornando-se uma economia de diversificação industrial e de substituição das importações de bens de consumo duráveis. Neste seu trabalho, aponta a falta de abastecimento energético como um dos principais empecilhos ao desenvolvimento industrial no Estado.

O sucateamento da infra-estrutura catarinense até o final dos anos 50, foi o entrave industrial para o Estado.

“ O problema energético manifestava-se pela insuficiência de suprimentos nas zonas do Litoral de São Francisco, da Baía do Itajaí e do Litoral de Laguna e quase inexistência de oferta nas áreas de ocupação mais recentes” (CUNHA, 1992, p. 40).

Também segundo Schmitz (1991:235), a falta de abastecimento energético no Estado catarinense nos anos 50 e início dos anos 60 foi uma das causas desestimuladoras de novos investimentos na indústria. No início da década de 60 Santa Catarina beneficiava-se apenas de 92.531 KW de potência instalada. A falta de mobilização de capital produtivo também foi considerada uma das agravantes no desenvolvimento da industrialização catarinense. Como consequência disso, houve o deslocamento desses recursos para os Estados vizinhos: Paraná e Rio Grande do Sul.

No tocante aos empréstimos cedidos por órgãos de fomento, tais como o BNDES e o Banco do Brasil (este com financiamento à agricultura), para os Estados da Região Sul, Santa Catarina foi o Estado menos privilegiado. Durante a década de 50 o Banco do Brasil S/A concedeu à Região Sul a importância de CR\$ 174 bilhões para financiar a produção, o comércio e outras atividades (SCHMITZ, 1991, p. 265). Desta

quantias, foram emprestados à Santa Catarina apenas 8%, sendo que, ao Paraná e ao Rio Grande do Sul foram cedidos respectivamente 33% e 59% deste total.

Igualmente foi em relação aos empréstimos realizados pelo BNDES no período de 1952-1960, onde foram cedidos à Região Sul uma importância de CR\$ 4,9 bilhões para financiamento dos setores de transporte, energia elétrica, indústrias básicas e setores complementares da atividade agropecuária. Desse montante, apenas 7% foram repassados à Santa Catarina, e o restante foi distribuído entre Paraná (19 %) e Rio Grande do Sul (74 %).

Além da escassez de financiamento dos órgãos Federais para o Estado, o próprio sistema bancário interno esteve voltado para financiamentos de curto prazo, não promovendo, assim, o investimento de longo prazo necessário ao desenvolvimento das indústrias básicas.

Em resposta a estes problemas realizou-se em 1960, pela Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, o primeiro Seminário Sócio-Econômico no Estado catarinense, desenvolvido pelo presidente da entidade Celso Ramos. O objetivo deste Seminário foi diagnosticar todos os problemas pelos quais Santa Catarina estava passando. Montaram-se grupos de trabalhos, os quais responsabilizaram-se pelo levantamento das informações, que relatariam os problemas mais urgentes da economia catarinense. Estes grupos de trabalhos possibilitaram, ao final do encontro, organizar-se um documento que descrevesse os problemas inibidores aos investimentos. Concluído o Seminário, a elite empresarial do Estado articulou-se no sentido de pressionar o Governo Estadual para a criação de um banco de desenvolvimento.

No âmbito político de 1960, a sociedade catarinense foi às urnas escolher seu novo governador. Contando com o apoio da elite e baseado no resultado do Seminário, formou-se uma aliança entre os partidos PSD, PTB e PRP, a qual lançou-se Celso Ramos candidato a governador, para disputar as eleições contra o candidato do partido UDN.

A plataforma eleitoral para a campanha de Celso Ramos foi baseada, então, no resultado do Seminário e na promessa de criar-se um Banco de Desenvolvimento para fomentar a economia do Estado. Em seus discursos Celso Ramos dizia que Santa Catarina poderia e deveria ter o seu próprio banco de fomento, (...) “um banco que não desse lucros para o enriquecimento de um grupo econômico, mas para melhorar as condições de vida do povo catarinense” (...) (ESTADO, 23 ago., 1960, p. 7). O resultado das eleições colocou Celso Ramos na administração do Estado no período de 1961-1965.

Objetivando cumprir suas promessas, Celso Ramos criou o Plano de Metas do Governo do Estado de Santa Catarina - PLAMEG I, baseado no “Documento Básico” resultante do Seminário, o qual procurou atender as deficiências da economia catarinense, criando o Banco de Desenvolvimento do Estado.

“O Plano previa a constituição de um Banco de Desenvolvimento. Convertido em lei Estadual nº 2.719, de 27 de Maio de 1961. A Carta Patente foi expedida em 14 de Julho de 1961, como sociedade anônima de economia mista e com capital inicial integralizado pelo PLAMEG (...)” (SCHMITZ, 1985, p. 108).

O Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S/A - BDE, foi inaugurado no ano de 1962 como espinha dorsal do Plano. Com a Reforma do Sistema Financeiro Nacional realizada em 1964, o BDE, trocou sua razão social e passou a ser denominado Banco do Estado de Santa Catarina - Besc.

“Dessa maneira em julho de 1962 é inaugurado o Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S/A - BDE, que passará no ano de 1969 a mudar sua razão social, denominando-se Banco do Estado de Santa Catarina S/A - Besc, preponderantemente comercial,” (Idem, idem, p. 221).

A reforma do Sistema Financeiro Nacional, segundo Zini (1982:69), teve como prioridade a constituição de um setor institucionalizado para financiar tanto o capital de giro quanto o consumo do início dos anos 60, já que a evolução da industrialização no Brasil exigia um reequacionamento das condições de financiamento. A reforma do

Sistema Financeiro possibilitou também a constituição do Mercado de capitais: bancário, industrial e comercial.

Com a nova estruturação do Sistema Financeiro, os bancos de desenvolvimento estaduais poderiam apenas atuar no espaço territorial de seus Estados.

“Entre 1964 e 1969, a lei n.º 4.595, de 31.12.64, estrutura um novo Sistema Financeiro brasileiro, delimitando áreas de atuação das instituições e limitando-as, quanto à captação e aplicação de recursos específicos, de modo que umas não interferissem nas operações das outras. (...), os Bancos Estaduais de desenvolvimento, dada sua natureza especial, não poderiam manter dependências (agências ou escritórios com escrita própria) (grifo nosso), admitindo-se, exclusivamente, a existência de representações, sem movimentação de fundos, fora do âmbito das respectivas sedes.” (ZINI, 1982, p. 390).

Um reflexo importante da Reforma do Sistema Financeiro Nacional de 1964 segundo Lopreato (1993:2), foi com respeito ao novo papel dado aos bancos estaduais comerciais sob controle de seus governos. Os governos Estaduais passaram a utilizar essas instituições para captar mais recursos nos Sistema Financeiros nacional e internacional, bem como, utilizaram-se das mesmas na rolagem da dívida pública de seus Estados.

1.3. Objetivos

1.3.1. Geral:

Verificação do papel do Banco do Estado de Santa Catarina (Besc) como agente financeiro do desenvolvimento industrial catarinense nos anos 60 e início dos anos 70.

1.3.2. Específicos

- Procurar mostrar como estava organizado o padrão de financiamento no Estado de Santa Catarina frente ao padrão de financiamento nacional até o final dos anos 50.
- Descrever a Reforma do Sistema Financeiro Nacional no período 1964/68, pontuando os reflexos da reforma sobre o Sistema Financeiro estadual catarinense nos 60 e início dos anos 70;
- Mostrar o papel do Banco do Estado de Santa Catarina no padrão de financiamento do Estado nesse período.

1. 4. Metodologia

No que se refere à metodologia, será utilizado para o desenvolvimento do presente trabalho o método descritivo-analítico. Buscou-se a partir de consulta às fontes primárias: os relatórios anuais do Besc, para o período de 1962 à 1970, e às fontes secundárias: teses, dissertações e outras obras que tratem do assunto, os dados necessários para a realização da pesquisa.

A apresentação do trabalho dar-se-á em cinco capítulos. No primeiro, levantar-se-á a proposta de pesquisa. No segundo, far-se-á uma descrição do padrão de financiamento brasileiro no final da década de 50 e início de 60, na tentativa de mostrar a articulação do Estado catarinense frente à esse padrão. No capítulo terceiro, retomar-se-á alguns pontos da reforma do Sistema Financeiro e seus reflexos nos anos 70, objetivando identificar quais implicações trouxeram para o Sistema Financeiro estadual. No quarto capítulo, mostrar-se-á as características do padrão de financiamento de Santa Catarina e o novo papel do Besc na economia estadual até a primeira metade dos anos 70, (quando foi criado um novo agente financeiro, o Banco de Desenvolvimento Estadual de Santa Catarina - Badesc). E no quinto, far-se-á algumas considerações finais sobre a pesquisa.

2. O Padrão de Financiamento Brasileiro até o início da Década de 60 e a Inserção de Santa Catarina

2.1. Definição

Pela citação de Goldenstein (na página dois do primeiro capítulo), tem-se que o padrão de financiamento é a articulação entre os diversos agentes econômicos, com a finalidade de transferir recursos entre os setores da economia buscando fomentar o seu desenvolvimento. Quer dizer, possibilitar o acesso de capital aos setores com capacidade de investimentos por transferência daqueles setores mais líquidos.

O padrão de financiamento segundo Lima (1994:1) possui três aspectos básicos: primeiro, as políticas de financiamento; segundo, as instituições financeiras de desenvolvimento; e terceiro, as fontes de recursos financeiros mobilizáveis. Ou seja, a articulação existente entre os agentes econômicos, que irão determinar o tipo de financiamento que se dará na economia, acordando-se entre estes suas políticas preferenciais.

A necessidade de investimentos de longo prazo e a generalizada falta de interesse do setor privado no suprimento destes investimentos levou o Estado a exercer o papel de supridor de seus recursos para o financiamento de longo prazo. Estas características marcaram o desenvolvimento do padrão de financiamento na economia brasileira conforme passaremos a expor.

2.2. Desenvolvimento

A origem do padrão de financiamento brasileiro data dos anos trinta, com a dinamização do processo de industrialização e a consolidação do mercado interno (BAER:1986:11).

Cabe ressaltar-se, que as bases desse processo de industrialização estavam ancoradas na nova burguesia emergente (a chamada burguesia industrial resultante do processo de acumulação de capital proveniente do mercado agroexportador cafeeiro anteriormente vigente), atraída pelos lucros auferidos nos investimentos feitos na produção de bens de consumo familiar, que consolidou dessa maneira o mercado interno produtivo até então dependente das importações.

“ O período que vai do movimento de 1930 à crise de 1954 se ajusta praticamente com a periodização à base de critério econômico usado por Cardoso de Mello: 1933 a 1955. O período se inaugura com um novo padrão de acumulação e se estende até o final como um novo processo de “industrialização restringida”, na expressão do referido autor. Industrialização posto que a acumulação passa a se assentar na própria expansão industrial; porém, industrialização restringida porque inexistem ainda as bases técnicas e financeiras da acumulação necessária para a imediata implantação de uma indústria de bens de produção capaz de auto-sustentar o processo do desenvolvimento industrial” (OHLWEILER, 1990, p. 109).

Com relação ao período acima, ainda havia dois agravantes para a economia interna: a crise de 1929 e a 2ª Guerra Mundial. Internamente os efeitos produzidos foram: uma limitação da capacidade de importar devido à depreciação da moeda externamente; e à falta de financiamento externo. Os financiamentos realizados pós-crise 1929 foram todavia provenientes de excedentes gerados no setor agroexportador.

No pós-2ª Guerra até meados dos anos 60, o avanço no caminho da industrialização moderna é propiciada segundo as condições citadas abaixo:

(...)”pela ampliação anterior do mercado interno, as políticas protecionistas em relação à indústria nacional e de apoio à substituição de importações; os investimentos estatais na infra-estrutura de energia e transportes e na produção de insumos básicos; a franquia à entrada maciça de capital estrangeiro no setor de produção de bens manufaturados para o mercado interno, principalmente a partir da metade dos anos 50; as facilidades fiscais, creditícias e cambiais concedidas aos investimentos privados na produção industrial; e o crescimento da oferta agrícola” (Idem, 1990, p. 152).

Não cabe aqui falar de toda a conjuntura econômica pela qual transitou a economia brasileira até os anos 60, o que pretende-se é mostrar quais foram as condições formuladoras do padrão de financiamento brasileiro.

Desta maneira, a política adotada pelo Governo Federal foi a de apoiar o Sistema Financeiro criando órgãos de fomento. Estes surgiram com os objetivos de: canalizar poupanças; investir em setores da infra-estrutura; setores de energia; setores de transporte; setores de habitação; setores de saúde; e setores de educação. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE foi um desses órgãos criados com a finalidade de apoiar a ampliação da infra-estrutura de energia e transporte.

Foi portanto nos anos 50, durante o governo Juscelino Kubitschek, com a implantação do Plano de Metas, que o padrão de financiamento ganhou sua contextualização sendo ancorado no tripé do capital privado-estatal-estrangeiro.

Outro fator importante para o padrão de financiamento, foi a consolidação da indústria pesada, que ocupou seu espaço apesar de tardiamente na economia nacional.

“O surgimento hipertardio da industrialização pesada trouxe consigo um deslocamento tecnológico muito mais drástico, porquanto, então, o caso passa a ser o da implantação de enormes unidades produtivas de escala à base de modernas tecnologias equivalentes a gigantescos investimentos de capital” (Idem, idem, p. 117).

A instalação da indústria pesada trouxe consigo o problema dos investimentos de longo prazo. O setor privado nacional não estava disposto à investir em projetos demandantes de capital com retornos de longo prazo, bem como, a ineficiência do Sistema Financeiro em atender essas demandas, devido às altíssimas taxas de juros que assustavam os investidores.

Segundo Braga (1992:22), ao longo da industrialização brasileira a desarticulação das finanças industrializantes, ou seja, a desarticulação entre o capital financeiro e o capital industrial, propiciou o aumento inflacionário e a queda nos investimentos nas áreas demandantes de crédito de longo prazo da economia brasileira nos anos 70 e 80.

(...) "É também perfeitamente conhecido que, historicamente, a indústria pesada invariavelmente emergiu apoiada na grande inovação tecnológica da época(...). Já nos países de desenvolvimento capitalista tardio - Alemanha, Japão e Rússia- ela vai estruturar-se com o decisivo apoio da intervenção do Estado e do grande capital bancário, que mobilizando e concentrando capitais, funde-se com o capital industrial" (OHLWEILER, 1990, p. 117).

De acordo com Tavares (1982:107), a estrutura creditícia e a de financiamento brasileiro revelaram-se inadequadas para responderem às necessidades de expansão dos novos setores industriais ocorrida no período 1956/1961. Isso quer dizer que o Brasil era desprovido de políticas responsáveis pelo financiamento de setores de base na economia nacional. Procura-se mostrar, evidentemente, que é de extrema necessidade para uma economia moldada em um novo paradigma tecnológico ter condições financeiras para propiciar seu desenvolvimento.

"Um padrão de financiamento não pode ser dissociado das características específicas com que se desenvolve e consolida um determinado padrão industrial no país, o qual é definido por um paradigma tecnológico que, por sua vez, traz submetidas relações de trabalho e determinados requisitos de acumulação de capital que vão além do problema quantitativo. O padrão industrial estabelece horizontes de inversão e requisitos financeiros básicos aos quais o padrão de financiamento é obrigado a responder sob pena de, caso não o faça, colapsar" (GOLDENSTEIN, 1994, p. 59).

O financiamento de longo prazo supõe ainda, segundo Baer (1993:28), duas condições: a existência de um volume adequado de poupança (nesse caso renda acumulada e cujo poder de gasto seja deferido no tempo e que poderá viabilizar a alavancagem do financiamento de longo prazo), e que esse volume de poupança existente seja direcionado para o financiamento de projetos econômicos produtivos de prazo mais longo.

Já a década de 60 foi marcada pelas reformas implementadas pelos governos militares, para viabilizar um novo surto de expansão econômica. Dentro das programações das reformas a que teve maior destaque, foi a Reforma do Sistema Financeiro Nacional, que obteve resultados imediatos. Segundo Teixeira (1985:22): (...) "resultados imediatos e relevantes sobretudo do ponto de vista da estrutura dos padrões de acumulação", já que procurou-se ter maior controle sobre a atuação das instituições

financeiras. Enfim, objetivou-se com essa reforma montar novas possibilidades de financiamentos aos setores privados e também públicos. Não seja esquecido que esse período foi para a economia brasileira o momento de dar continuidade aos projetos desenvolvimentistas de Juscelino Kubitschek.

Assim sendo, as metas para os anos 60 foram, basicamente, ampliar a capacidade do Sistema Financeiro e buscar empréstimos no exterior, procurando tornar possível o desenvolvimento econômico nacional.

Com relação a Reforma do Sistema Financeiro Nacional de 1964, abordar-se-á mais especificamente no *capítulo terceiro*.

2.2.1. Santa Catarina e o Padrão de Financiamento

Como pode-se verificar, foi com a consolidação da indústria brasileira que o padrão de financiamento desenvolveu-se na economia nacional. O Governo Federal buscou articular e estimular os Estados para que estes tornassem-se os agentes políticos e econômicos desse padrão.

O Estado de Santa Catarina procurou inserir-se no desenvolvimento nacional, criando as condições necessárias para participar deste processo. Desse maneira, foi somente a partir da década de 60 que o governo do Estado de Santa Catarina desencadeou várias medidas, no intuito de aumentar sua participação na produção nacional.

No que concerne a economia catarinense, haviam várias lacunas bloqueando a alavancagem econômica-produtiva do Estado. Já abordou-se estes pontos no capítulo primeiro, mas relembando-os, eram basicamente dois: o sucateamento da infra-estrutura (principalmente no setor energético), e a falta de crédito para financiamentos de novos projetos.

De acordo com Bossle (1988:34-35), a indústria catarinense beneficiou-se grandemente no período de 1880/1914 com as políticas geradas pela economia brasileira, tais como: tarifas protecionistas e câmbio favorável às importações, - permitindo a importação de máquinas, que por sua vez, ajudaram na transferência de recursos do comércio importador para formação e ampliação do capital industrial catarinense¹.

Desde a origem da industrialização catarinense até início da década de 60, não havia no Estado políticas de financiamento de longo prazo que gerassem maiores investimentos nos diversos setores da economia catarinense.

O sistema bancário catarinense tinha, até a década de 50, cerca de treze bancos comerciais captadores de poupança e emprestadores de recursos a curto prazo, conforme descreve Schmitz:

(...) "Banco do Brasil S/A, Banco Nacional do Comércio S/A, Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S/A, Banco de Crédito Real de Minas Gerais S/A, Banco Sul do Brasil S/A, Banco Agrícola Mercantil S/A, Banco da Lavoura de Minas S/A, Banco Nacional do Paraná e Santa Catarina S/A, Banco Mercantil e Industrial do Paraná S/A, Casa Bancária Germano Stein S/A, Banco Mercantil de São Paulo S/A, Banco do Comércio e Indústria de São Paulo S/A e Banco Mercantil e Industrial de Santa Catarina S/A" (SCHMITZ, 1991, p. 125).²

Essas redes bancárias, ainda segundo Schmitz, realizaram no ano de 1959 a quantia de empréstimos no valor de CR\$ 4,1 bilhões.

No tocante aos recursos de Santa Catarina estes foram, segundo Cunha, canalizados para a indústria:

¹ Com respeito a industrialização catarinense, ver:

BOSSLE, Ondina Pereira. História da industrialização catarinense: das origens à integração no desenvolvimento brasileiro. Ed. Comemorativa: Confederação Nacional da Indústria; Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, 1988. 155 p.

CUNHA, Idaulo José. O salto da indústria catarinense: um exemplo para o Brasil. Florianópolis: Paralelo 27, 1992. 296 p.

_____. Evolução econômico - industrial de Santa Catarina. Florianópolis: Fundação Catarinense de cultura, 1982. 216 p.

² Sobre a história do Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S/A, ver:

SCHMITZ, Sérgio. O sonho acabou: o caso INCO. UFSC, Florianópolis, 1993. Trabalho para concurso de professor titular em história econômica.

“através daqueles apropriados pelos comerciantes; na própria atividade industrial; transferência indiretas das poupanças do setor rural; repasses de uma atividade industrial para outra, em casos raros; e transferências do exterior sob forma de capital de risco” (CUNHA, 1982, p. 114).

O processo de transferência de recursos para fomentar a indústria catarinense deu-se, dessa forma, diferentemente do processo de acumulação da indústria paulista³. Lembre-se que a industrialização paulista teve sua origem na economia cafeeira, quando esta transferiu seus excedentes para a indústria emergente. Há diversos debates sobre o processo de industrialização paulista, os quais não cabem aqui serem discutidos. Dentro desses debates encontra-se uma discussão levantada por W. Dean, citado por Bossle (1988:32), onde enfatiza-se que foi o comércio de importação que deu origem ao setor industrial, crescendo lado a lado com as empresas agro-industriais dos fazendeiros de café. Ou seja, a industrialização paulista estava inerentemente ligada ao setor cafeeiro.

Esta característica portanto, deixa Santa Catarina fora do processo de desenvolvimento industrial, comparada à São Paulo e também ao Rio de Janeiro.

Santa Catarina dessa forma, principiou seu desenvolvimento industrial atrelada principalmente ao processo de imigração alemã e italiana. Pode-se perceber nitidamente este processo nas regiões do Vale do Itajaí com a instalação da indústria têxtil, e na Região Oeste com o desenvolvimento do setor agro-industrial.

Assim, Santa Catarina chegou à década de 60 tendo mecanismos de financiamento desarticulados.

Foi no governo de Celso Ramos 1961/1965 que elaboraram-se as estratégias mais definidas para o desenvolvimento do Estado de Santa Catarina no que se refere ao Sistema Financeiro estadual como parte do Plano de Metas do Governo - PLAMEG⁴

³ BOSSLE, op cit.

CUNHA, op cit.

MATTOS, Fernando Marcondes de. "A industrialização Catarinense: análise e tendências. Florianópolis: UFSC, 1968. 100 p.

⁴ SCHMITZ, Sérgio. Planejamento governamental: uma avaliação empírica do Plano de Metas do Governo - PLAMEG(1961/65). Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis, 1982.

(baseado nas propostas do Seminário Sócio-Econômico⁵, nas características econômicas já perceptíveis, e procurando inserir-se na política de desenvolvimento econômico do país).

Conforme Passoni (1970:121), foram instituídos ou passaram ao controle do governo catarinense alguns organismos de crédito, tais como: Banco do Estado de Santa Catarina S/A; Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul; Caixa Econômica Estadual de Santa Catarina; Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina; Companhia Catarinense de Crédito, Financiamento e Investimento S/A.

Estes organismos serviram para: ampliar a captação de poupança familiar, revertidas em investimentos para os setores básicos da economia; e também, conceder os empréstimos de longo prazo.

Foi este portanto o panorama do padrão de financiamento catarinense até o início da década de 60.

⁵ Sobre o Seminário ver capítulo quatro desse trabalho.

3. A Criação do Besc e a Reforma do Sistema Financeiro Nacional (1964-1968)

3.1. Criação do BDE - Breve Histórico

O Banco de Desenvolvimento Econômico do Estado de Santa Catarina - BDE, foi criado em 1962 durante o Governo Celso Ramos. Seu objetivo era financiar a agricultura, a indústria, o comércio, o profissional liberal, os estudantes, as obras a cargo do Estado e dos municípios, e as casas populares. Procurando-se sanar, dessa maneira, a falta de crédito existente na economia catarinense.

“A idéia de criação de um banco de desenvolvimento já remota a bastante tempo. No período de 1906 - 1910 o então governador Gustavo Richard em sua análise sobre Santa Catarina dizia que “as causas principais do entorpecimento das forças econômicas de Santa Catarina residiam na falta de capital, de transporte e de trabalho inteligentemente dirigido”. Ou seja, não havia capital para a exploração das riquezas”(SCHMITZ, 1991, p. 172).

Observe-se que desde a idéia de implementação de um banco de desenvolvimento em Santa Catarina, até que realmente fosse objetivada tal proposta, passaram-se cinquenta e dois anos.

O Banco de Desenvolvimento Econômico do Estado de Santa Catarina - BDE foi então legitimado pela lei nº 2.719, de 27 de maio de 1961, e no ano de 1969, pós-reforma do Sistema Financeiro, trocou sua razão social passando a denominar-se Banco do Estado de Santa Catarina S/A - Besc, “puramente comercial”. Coube ao Poder Executivo organizar o Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S/A sob a forma de sociedade anônima de economia mista e a praticar todos os atos legais necessários à sua constituição e funcionamento.

A finalidade principal do Banco foi a de fomentar o desenvolvimento econômico do Estado, realizando assim, operações que buscassem favorecer à criação de riquezas, bem como, sua melhor distribuição e circulação.

Conforme o art. 5º do Estatuto do Banco, o Estado de Santa Catarina deteria sempre o mínimo de cinquenta e um por cento (51%) do capital social do Banco, em ações ordinárias inalienáveis. As ações que fossem entregues à subscrição pública seriam preferências e assegurariam a estas o direito ao voto, privilégios e vantagens concedidos aos títulos da dívida estadual. O capital inicial do Banco constituiu-se de Cr\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros).

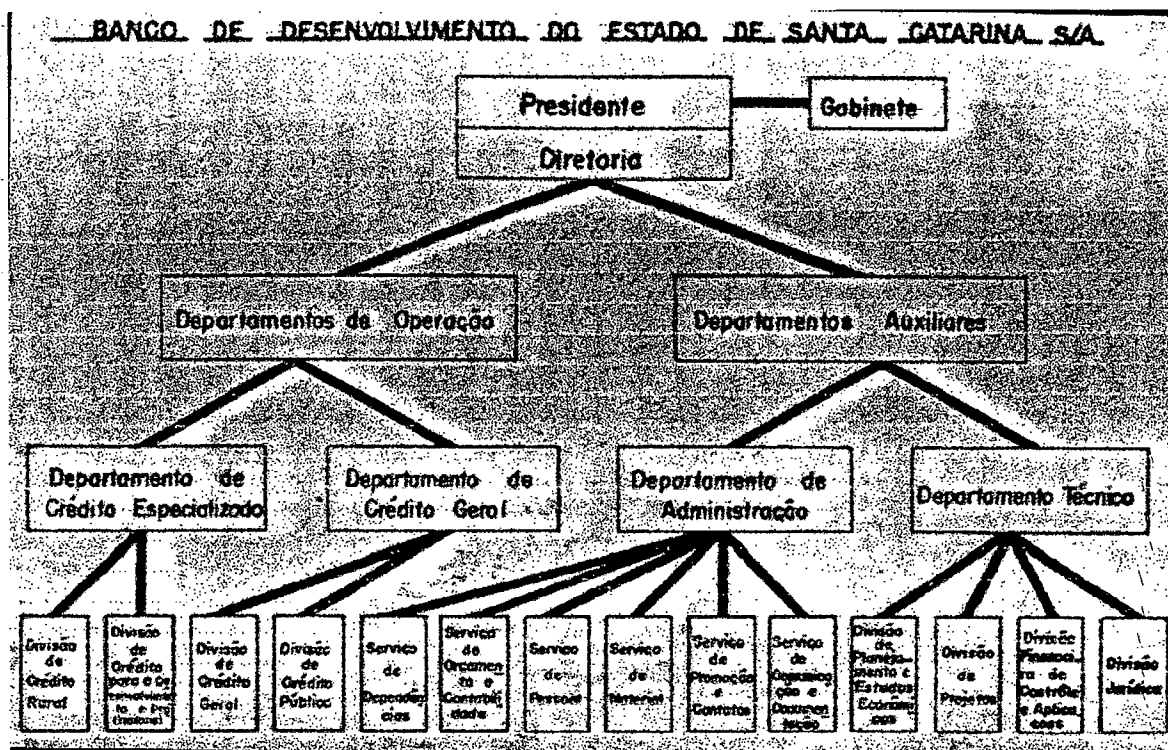
O Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina tinha como ações imediatas atender: no Sul do Estado ao aproveitamento de carvão; no Planalto Oeste, à expansão da indústria de carnes de pequenos animais e da indústria mecânica; no Extremo Oeste, definir pólos de industrialização; no Planalto de Canoinhas, à implantação de indústrias de solúvel; no Litoral em geral, a implantação e racionalização da indústria pesqueira (SCHMITZ, 1991).

A escolha do presidente era feita pelo Governador do Estado, podendo este a qualquer momento exonerá-lo de seu cargo. No que diz respeito a tal possibilidade durante a gestão de Celso Ramos o BDE teve na sua presidência um dos membros da diretoria da FIESC, o Senhor Alcides Abreu, o que presentamente possibilitaria uma maior relação do Estado com os empresários catarinenses.

O Banco de Desenvolvimento Econômico de Santa Catarina S/A estava organizado internamente em: Conselho Administrativo, Diretoria, Conselho Fiscal, e Departamento Técnico. Sendo que em cada um desses setores havia ramificações internas. *Vide figura I.*

Figura I

Diretoria do Banco de desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - 1963



Fonte: Relatório Anual BDE, 1963.

A administração do banco deveria ser de tal forma que assegurasse a presença de representantes com mandatos, os quais garantissem a continuidade programática da administração pública, da indústria, da agricultura, e outros.

Durante sua existência, o BDE instalou, até o ano de 1965, o equivalente a 21 agências bancárias, sendo que destas 19 localizavam-se no Estado e as demais no Rio de Janeiro e São Paulo. Demonstrando que o Banco começava a inserir-se no Sistema Financeiro Nacional.

Dentro desse programa de desenvolvimento, o BDE passou a administrar no ano de 1963 o FUNDESC (Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina), criado pela lei nº 3.390, procurando repassar recursos aos diversos setores econômicos. No ano de 1965 credenciou-se como agente financeiro do FUNDECE (Fundo de Democratização do Capital das Empresas), responsável em atender às indústrias repartidas pelos mais diversos ramos de atividade, notadamente indústrias: alimentar,

metalúrgica, mecânica, elétrica e madeireira. Também, no mesmo ano o Banco credenciou-se junto ao FINAME (Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos às Indústrias).

3.2. Reforma do Sistema Financeiro Nacional (1964-1968)

Neste item procurar-se-á mostrar o motivo pelo qual deu-se a Reforma do Sistema Financeiro no Brasil nos anos 60. Contudo, antes de mais nada, é importante mostrar como estava estruturado o Sistema Financeiro antes da reforma de 64.

“Ao longo da década de cinquenta até as reformas institucionais de 1964/65, o setor financeiro no Brasil era constituído pela SUMOC e Banco do Brasil (Autoridade Monetária e Banco Comercial executor da política do governo); Sistema Bancário Comercial e Bancos de Fomento (BNDE, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia e Banco de Crédito Cooperativo); Caixas Econômicas Federais e Estaduais; Bolsa de valores e Corretoras; Sociedades de Crédito e Financiamento; Companhias de Seguros e Capitalização e Institutos de Previdência “(ZINI, 1982, p. 57).

Como pode-se notar, não existia um Banco Central para controlar as políticas monetárias. Todavia uma das características da formação do Sistema Financeiro nesse período foi a predominância dos Bancos Comerciais, os quais foram incapazes de elevar o nível de empréstimos ao setor privado durante o processo de industrialização brasileira.

Com respeito aos empréstimos de longo prazo, estes foram segundo Zini (idem:64), limitados às fontes oficiais ou externas, ou seja, baseavam-se fundamentalmente nos créditos externos de fornecedores de agências de desenvolvimento internacionais, nos Bancos de Fomento e nas Caixas Habitacionais.

A falta de crédito de longo prazo por parte dos bancos comerciais e outras instituições que não fossem de fomento era explicada nessa época pela existência da Lei de Usura, decreto 2.3051, de 27/11/1933, a qual proibia que se pagasse juros nominais acima de 12 % ao ano.

No sentido inverso as operações bancárias encurtaram os prazos raramente ultrapassando três meses no início dos anos sessenta.

“Os bancos preferiram concentrar-se em operações de curto prazo girando mais rapidamente seus créditos pois a taxa de juros apresentava tendência nitidamente ascendente” (ZINI, 1982, p. 58).

Este fato caracterizou-se como um agravante para o setor produtivo industrial, pois no momento exigia-se um amplo acesso a créditos para tornar possível o fomento da expansão da indústria brasileira. O resultado deste contexto foi a exigência do setor privado na readequação das condições de financiamento para dinamizar-se a expansão do processo produtivo.

(...)“a reestruturação do Sistema Financeiro brasileiro visou proporcionar um novo padrão de financiamento da economia mediante principalmente, maior diversificação e especialização dos intermediários financeiros, explicitados sobretudo nos novos esquemas e formas institucionais de captação interna e externa” (TEIXEIRA, 1985, p. 38).

Isto significou permitir que diversos agentes da economia (empresas, governo e famílias) se endividassem, isto é, que tivessem um gasto superior às suas rendas correntes (ZINI, 1982, p. 52), o que levou à busca frenética de créditos em bancos privados de investimentos e bancos de fomento.

Tem-se em Baer (1986:13-17), que a reforma do Sistema Financeiro Nacional deu-se em função do processo de internacionalização financeira, o que possibilitou uma articulação mais estreita do Brasil com o Sistema Financeiro Internacional. A Reforma do Sistema Financeiro teve sua base no Plano de Ação Econômica do governo (PAEG), no regime militar, que buscou ampliar a relação entre Estado, capital nacional e capital internacional.

O ponto central da reforma do Sistema Financeiro de acordo com Bier e Messenberg (197:95), foi viabilizar um novo surto de expansão econômica que seria precedido pela valorização do capital de propriedade externa aplicado na produção de bens de consumo, ou seja, promover o crescimento interno através do endividamento externo. Dessa maneira, a reforma possibilitou ampliar o setor financeiro nacional

fornecendo a cada instituição financeira dentro de sua especialização, mobilizar recursos e prover os diferentes tipos de crédito necessários para dar o suporte financeiro indispensável ao bom funcionamento de um país (GOLDENSTEIN, 1994, p. 67).

Tem-se em Tavares uma descrição resumida dos propósitos da Reforma Financeira,

(...)“O propósito declarado da reforma foi criar novos instrumentos de mobilização financeira e instituições especializadas no provimento dos vários tipos de crédito. Assim, caberia às financeiras suprir recursos para o consumo de bens duráveis, aos bancos comerciais, o financiamento do capital de giro das empresas; e a uma nova personagem - o banco de investimento- incumbiria o atendimento à demanda de recursos a longo prazo destinados a suportar o processo de acumulação de capital” (TAVARES, 1982, p. 108).

Zini (1982:27), agruparia ainda os objetivos da Reforma como sendo:

a) regularização do mercado monetário, conferindo poder relativo de controle independente às autoridades monetárias para evitar futuros fenômenos de aceleração inflacionaria com base no descontrole monetário;

b) regulamentação do mercado financeiro de modo a prover as atividades produtivas com fluxos financeiros estáveis e taxas de juros comparáveis com a inflação(...);

c) “aperfeiçoamento” (no sentido de verdadeira criação e expansão) do mercado de capitais privados para propiciar a elevação da taxa de formação de capital do país.

Com relação ao mercado de capitais, a criação dos bancos de investimentos seria a grande esperança para estes aumentarem os investimentos na economia nacional. Para reforçar a atuação dessas instituições foram criados inúmeros fundos como o FUNDECE, por exemplo, e concedidos diversos incentivos fiscais ao setor privado da economia.

O reflexo gerado na economia brasileira nos anos 70 pós-reforma, foi o crescente endividamento externo, possibilitado, principalmente, pela maior captação de recursos de fontes privadas no exterior.

“O crescimento extraordinário da dívida externa foi acompanhado de alterações importantes em suas fontes de recursos, o que inclusive explica em parte a própria aceleração do processo de endividamento. (...), até 1964 os fundos da dívida externa brasileira provinham principalmente de fontes de financiamento oficiais, (...). Não obstante, a partir de 1970, ano em que se deu a primeira grande expansão da dívida externa brasileira, mais de 50 % dela passou a ser financiada por fontes privadas”(BAER, 1986, p. 73).

Outro reflexo da reforma foi com relação ao novo papel dos Bancos de Desenvolvimento e a nova atuação dos Bancos Estaduais. Os Bancos de Desenvolvimento passaram a atuar especificamente com projetos demandantes de recursos de médio e longo prazos, sendo os governos estaduais na maioria dos casos controladores desses bancos isoladamente ou em conjunto com outros Estados. Todavia com relação aos Bancos Estaduais, esses ganharam maior força através de seu papel junto aos governos locais que se utilizavam com maior frequência dos serviços desses bancos. Este fato deu-se em função, principalmente, do novo carácter dado a estas instituições.

(...)“o objetivo da atuação dos Bes é o de ocuparem posição privilegiada no recebimento dos depósitos oficiais e de gerenciarem os recursos financeiros em circulação pelo setor público, além de servirem de instrumento de alavancagem financeira para os gastos estaduais, de garantirem empréstimos a setores considerados prioritários e de responderem pelo carregamento dos títulos estaduais”(LOPREATO, 1994, p. 2).

Ora, isso significou antes de mais nada para os governos estaduais, a possibilidade de estes, manipularem seus investimentos, bem como, propiciar a rolagem de suas dívidas públicas através de lançamento de títulos no mercado financeiro.

Essa questão é bastante discutida por Lopreato (1993:7), que vai tratar, basicamente, de mostrar o agravamento da crise de financiamento dos Estados, utilizando-se da emissão de títulos públicos através dos Bancos Estaduais.

É ainda pertinente abordar-se um outro reflexo da reforma do Sistema Financeiro: o processo de concentração bancária.

O processo de concentração bancária ou ainda centralização bancária, diz respeito ao resultado do novo panorama financeiro instituído a partir da Reforma de 64. É quando os bancos começam a incorporar outras instituições financeiras e/ou realizar processos de fusões, isto quer dizer, juntar capital de duas instituições financeiras para aumentar seu espaço de atuação no Sistema Financeiro nacional, bem como, aumentar o seu próprio capital interno. Isto possibilitaria que essas instituições financeiras aumentassem sua participação no Sistema Financeiro Nacional, processo que viria abrir espaço para o capital financeiro externo no país.

Segundo Teixeira (1985:50), o processo de concentração bancária obteve respaldo das autoridades governamentais já que ocorreria de um lado uma queda nos custos operacionais dos bancos que possibilitaria a ocorrência de baixas taxas de juros e de outro a consolidação de grandes instituições bancárias, resultando uma maior “prestabilidade” dos bancos ao setor privado nacional e ao setor público em geral.

Em Minella (1988:134), encontramos que o período de maior intensidade no processo de concentração bancária no país deu-se entre os anos de 1966 a 1973. De acordo com o autor, no ano de 1960 havia no país 350 instituições bancárias comerciais nacionais e 8 estrangeiras. Ao final dos anos 70 o número de instituições comerciais nacional reduziu-se para 95, ao contrário das instituições estrangeiras que aumentaram de 8 para 13. Um resultado visível desse quadro diz respeito à atuação de grandes grupos em vários segmentos do mercado financeiro. Um fato importante foi o aumento das instituições de investimentos, denominados Bancos de Investimentos (classificados como instituições não-monetárias, responsáveis pelas operações de financiamento de capital de giro de médio prazo mediante a captação de depósitos a prazo e repasses de recursos externos).

O Estado de Santa Catarina com relação a estas instituições de investimentos viu-se desprovido das mesmas na estruturação de seu Sistema Financeiro. Mais adiante, no próximo capítulo poder-se-á perceber que implicações este fato traria para o Sistema Financeiro estadual, bem como, para o próprio Besc.

Segundo dados ainda fornecidos por Minella (idem), havia nos anos 60 no Estado catarinense três sedes bancárias, reduzindo-se para duas nos anos 70 e apresentando apenas uma sede oficial nos anos 80.

Pode-se verificar esse processo a partir de dados fornecidos por Schmitz (1991:147), já que no ano de 1968, o Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S/A é incorporado pelo Banco Brasileiro de Descontos S/A e, um ano após, a Casa Bancária Germano Stein S/A é incorporada pelo Banco da Cidade de São Paulo S/A. Na década de setenta, segundo o autor, foram incorporados dois bancos de Santa Catarina: o Banco Sul do Brasil S/A incorporado pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A, e o Banco Mercantil e Industrial de Santa Catarina S/A incorporado pelo Banco Bamerindus do Brasil S/A. Este quadro pôde ter implicado num aumento dos depósitos à vista posto que, o Besc passou a Ser a única sede Bancária no Estado.

O período de 1971/75, revela que os bancos oficiais estatais passaram a aumentar sua participação em número de agências no Sistema Financeiro Nacional. Em números tem-se 17,06 % em 1971, e 20,42 % em 1975 (Minella, 1988, p. 147). Esta característica é interessante, pois verifica-se que o Banco do Estado de Santa Catarina no ano de 1965 apresentava 20 agências do banco; distribuídas no Estado, passando para 53 nos anos 70 (fora os 13 postos de atendimento espalhados pelo Estado) (Besc 30 anos; p. 30).

Um outro ponto do processo de centralização bancária é com relação ao poder de controle:

(...)“nos bancos privados o poder de controle e determinação se estabelece pelo domínio acionário, ao passo que nos bancos oficiais, este controle é realizado pelo governo federal ou estadual enquanto acionista majoritário” (MINELLA, 1988, p. 163).

O processo de controle e determinação é tido como ponto chave para o processo de acumulação de capital,

“ No Brasil, os banqueiros ou seus intelectuais orgânicos assumiram freqüentemente a diretoria dos bancos públicos ou nela puderam interferir

ao assumir o governo estadual, a Secretaria de Fazenda dos Estados ou então os ministérios do governo federal”(...) (Idem, idem.).

Tem-se no caso do Besc, a indicação do vice-presidente do Sistema FIESC, o Senhor Alcides Abreu que assumiu a direção do Banco durante toda a administração do governo Celso Ramos, ambos representantes dos empresários catarinenses no Estado.

Os reflexos da reforma financeira de 64 apontados neste item, servirão de base para a análise do capítulo quarto, onde tratar-se-á de discutir o papel do Besc no padrão de financiamento do Estado nos anos 60 e início dos anos setenta, quando em 1973 é criado então um novo agente financeiro, o Badesc.

3.3. As Modificações no Sistema Financeiro Estadual Catarinense

Pretender-se-á, rapidamente dar uma descrição do Sistema Financeiro estadual catarinense pós-reforma de 1964.

O sistema bancário catarinense encontrava-se no início dos anos 60 desprovido de mecanismos de financiamento de caráter produtivo, ou seja, mecanismos que objetivassem fomentar os setores econômicos do Estado. Nesse período a rede bancária de Santa Catarina era constituída por apenas bancos comerciais privados e algumas casas bancárias, realizando estas apenas empréstimos de curto prazo em todo o Estado.

Segundo Linhares (1974), foram instituídos a partir de 1961 alguns organismos de financiamento e planejamento, tais como: a SUDESUL (Superintendência do Desenvolvimento do Extremo Sul), a CIBPU (Comissão Interestadual da Bacia Paraná - Uruguai), o CODESUL (Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul), o BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul), o PLAMEG (Plano de Metas do Governo), o BDE (Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina) e o FUNDESC (Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina).

Em 1964 a Reforma Financeira viria modificar o quadro acima apresentado. Passaria então a fazer parte do novo Sistema Financeiro, institucionalizados a partir da nova legislação bancária: o Banco do Estado de Santa Catarina (Besc), o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), a Caixa Econômica Estadual, o Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (Badesc), a Companhia Catarinense de Crédito, Financiamento e Investimento S/A e o Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (FUNDESC). E somente a partir da década de setenta, é que o Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina torna-se expressivo no padrão de financiamento catarinense.

Estas foram as características do Sistema Financeiro catarinense durante o período em estudo. A análise desse quadro será feita no próximo capítulo.

4. As Características do Padrão de Financiamento da Economia Catarinense

4.1. Introdução

O objetivo desse capítulo, é analisar as alterações promovidas pela Reforma Financeira de 64 no padrão de financiamento no Estado de Santa Catarina.

Os anos 50 foram considerados “os anos dourados” da economia brasileira. Contudo o Estado catarinense chegou ao final desse período com apenas 2,6 % da participação na renda nacional. Santa Catarina encontrava-se nesse período fora da política de desenvolvimento propagada pelo governo JK. Isto poderia ser explicado a partir de como estava estruturado o modo de produção e acumulação de capital no Estado. A indústria catarinense teve durante muito tempo características peculiares ao seu modo de produção, ou seja, estava interiorizada à um modo de produção e acumulação familiar, vinculado principalmente ao fator imigratório. A indústria catarinense por sua vez, manteve-se durante muito tempo atrelada ao processo de financiamento através de excedentes e transferências de capital externo vinculado a essas empresas. Nesse contexto o Estado apresentava mecanismos de financiamento desarticulados, bem como, uma infra-estrutura econômica básica insuficiente que não propiciava o desenvolvimento da indústria catarinense.

No que diz respeito à questão política, Santa Catarina, presenciava uma correlação de forças entre as duas mais importantes oligarquias do Estado. A oligarquia Ramos, e a oligarquia Konder-Bornhausen. Com a ruptura de dominação da oligarquia Ramos em 1951, ocasionada pela oligarquia Konder-Bornhausen, quebra-se no Estado uma dominação de poder vigente desde a Revolução de 1930 pelos Ramos. Buscando retomar esse poder é realizada uma estratégia política em torno da FIESC-ESG-CNI e o PSD, que no início dos anos 60 lançaram Celso Ramos para disputar às eleições para governador do Estado, com a promessa de criar-se uma instituição bancária para tornar possível os investimentos nos setores mais diversificados da economia regional catarinense.

Considerando-se o contexto político, busca-se mostrar como foi que se estruturou o padrão de financiamento no Estado de Santa Catarina.

4.2. O Besc Como Principal Agente Articulador Do Padrão Estadual De Financiamento

O início dos anos 60 representou para o Estado de Santa Catarina a retomada do poder da oligarquia Ramos. Isto porque nas eleições para o Estado de 1951, a oligarquia Ramos perde sua sucessão para o candidato opositor da UDN, representante da oligarquia Konder-Bornhausen, o Senhor Irineu Bornhausen (dono de um dos principais bancos privados de Santa Catarina, o Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S/A, o banco INCO).

“Deve-se acrescentar, de início, que um fator importante para a conquista de poder, em 1950, pela UDN e para garantir a hegemonia do partido nas mãos de Irineu, é a utilização da máquina financeira do banco Inco” (SCHMITZ, 1985, p. 124).

Como resposta a este acontecimento a outra parte da elite catarinense “afetada” pela ruptura de poder formou uma aliança política entre os partidos PSD, PTB e PRP, que lançaram o Senador Celso Ramos, para disputar as eleições para o governo do Estado. O Senador era então o presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, FIESC, e um dos mais importantes representantes da classe empresarial no Estado.

Pode-se dizer que estes dois fatores, a disputa política e a atuação do banco INCO, foram na verdade pontos chaves para propiciar a criação de um padrão de financiamento no Estado, tendo em vista que a necessidade da retomada do poder pela oligarquia Ramos, levou à elite empresarial do Estado vinculado ao PSD a criar uma nova instituição financeira que pudesse dar créditos à “sociedade catarinense”, bem como, servir de instrumento para a realização de suas demandas.

Sendo assim, a plataforma política para a candidatura de Celso Ramos estava apoiada, segundo Silva (1996:191), na realização do Seminário Sócio-Econômico organizado por um grupo de intelectuais do PSD e articulados em torno da FIESC-ESG-CNI. Foi o Senador Celso Ramos um dos principais responsáveis pela implementação do I Seminário Sócio-Econômico, cujo objetivo era diagnosticar os principais problemas enfrentados por Santa Catarina.

“A idéia básica do Seminário era a de criar as condições necessárias para a transformação estrutural da economia catarinense a partir da ideologia desenvolvimentista pessedista de Juscelino Kubitscheck, e que desse sustentação para a formulação de uma política global que inserisse Santa Catarina no projeto desenvolvimentista brasileiro” (SILVA, 1996, p. 193).

O Senador Celso Ramos utilizou-se então dessa estratégia para conduzir sua campanha eleitoral, voltando seu discurso aos interesses da elite empresarial catarinense,

“A Federação das Indústrias de Santa Catarina, no exercício de seu indeclinável dever de velar pelos interesses da classe industrial, vem de longe data, tomando conhecimento ativo e crítico do processo cultural brasileiro em seus aspectos globais” (...) (FIESC, 1960, p. 6).

Com o intuito de garantir o pleito eleitoral, o Senador Celso Ramos também lançou como proposta a criação de um Banco do Estado, para que este viesse a servir ao povo catarinense e não aos interesses individuais de alguns.

“Santa Catarina pode e deve ter o seu Banco. Um Banco para: financiar o agricultor; o industrial; o comerciante; o profissional liberal; o estudante; as obras a cargo do Estado e dos Municípios; casas populares e arrecadar dinheiro público.

Um Banco que não dê lucros para o enriquecimento de um grupo econômico, mas para a melhoria das condições de vida do povo catarinense” (O Estado: 23 ago. 1960, p. 7).

Esta crítica feita pelo candidato Celso Ramos dirigia-se ao governo de Irineu Bornhausen. Segundo Schmitz (1985:125), o governador Irineu Bornhausen utilizava-se da estrutura de seu próprio Banco para realizar todas as atividades administrativas-financeiras do Estado.

A criação de uma nova instituição financeira serviria como um fator de correlação de poder entre os dois partidos políticos, a UDN e o PSD. De um lado, estava uma parcela da elite catarinense, apoiada pela FIESC-CNI-ESG, onde a mesma se organizava para ter seu próprio mecanismo de financiamento, e a outra parcela, dirigida pelos políticos da UDN, que já possuía seu próprio mecanismo de financiamento, o Banco INCO. Ao nível de relação política o Banco INCO havia estruturado sua base sólida em todo o Estado, o que atraía para junto de si, uma grande parcela da elite empresarial catarinense.

O Banco INCO ampliava cada vez mais sua esfera de atuação no Estado,

“Após a encampação do Banco Crédito popular e Agrícola de São Joaquim e a fusão com o Banco Agrícola e Comercial de Blumenau S/A, a esfera de atuação do Inco passou a abranger, definitivamente, todo o Estado de Santa Catarina, formando, no dizer de Curt Hering, “um feixe econômico que ninguém o poderá quebrar” (SCHMITZ, 1985, p. 109).

A utilização de um Banco não deixa de ser uma estratégia política eficiente para atrair novas figuras empresariais importantes para junto de um partido, como exemplo, o Banco INCO em 1960 tinha na sua diretoria alguns representantes empresariais, tais como: Genésio Miranda Lins, da Cia Brasileira de Seguros Gerais; Rodolfo Renaux Bauer, da Cia. Catarinense de Cimento Portland; Otto Renaux, da Mineração Sul Brasileira S/A, e outros mais. Esse tipo de relação caracteriza uma articulação política de interesses entre os diversos segmentos mais importantes da estrutura econômica de um país, e/ou, regiões. Nosso propósito é mostrar como estavam articulados os dois partidos políticos mais importantes de Santa Catarina, pois foi a partir de suas articulações e estratégias políticas, que o Governo criou uma nova estrutura de financiamento para a economia catarinense.

A estratégia política do grupo de Celso Ramos, obteve assim respaldo positivo, sendo significativamente importante na dominação oligárquica para os Ramos. O Senador foi eleito então para Governador do Estado, assumindo a gestão de 1961/65.

Começava um novo período de mudança na estrutura estatal e política de Santa Catarina. A partir da institucionalização de um novo Plano de Metas - PLAMEG I, o Estado catarinense emergia frente à campanha desenvolvimentista anunciada nos anos 50 pelo governo JK.

Terminado o processo eleitoral e assumindo o governo bastaria agora formular estratégias que desencadeassem o desenvolvimento dos setores privados catarinense. Deu-se então todo um trabalho para a constituição de um banco objetivando administrar o dinheiro público, bem como, fomentar através desse o setor privado regional.

É interessante, observar que no âmbito político nacional começava a borbulhar na esfera do governo federal propostas de reformulação nas áreas financeira, tributária e fiscal. Essas reformulações, de forma geral, viriam modificar a estrutura de relação entre todas as esferas administrativas dos Estados e do governo federal. A Reforma Tributária, por exemplo, viria modificar a estrutura de arrecadação dos Estados, centralizando o poder de arrecadação na esfera federal. Segundo Lopreato (1993:7), a Reforma Tributária serviria como instrumento para concentrar as receitas e para reforçar o poder do governo federal de aglutinar os recursos oficiais. Isto significaria um controle das fontes de financiamento internas, bem como, da sua distribuição ao setor privado e demais esferas de governo.

Essa característica, portanto, da Reforma Tributária levou os Estados a buscarem novas vias de arrecadação:

“A crescente procura de outras fontes de financiamento foi a saída dos Estados para multiplicar os gastos. A perspectiva de alavancagem dos gastos estaduais, acima do que seria possível prever com base na estrutura tributária em vigor, passou a depender de fontes de financiamento apoiadas na concentração de recursos externos e no acesso a recursos internos controlados, majoritariamente, pela esfera federal” (LOPREATO, 1993, p. 8).

A partir disso, os Estados buscaram então nos anos 60 instituir seus próprios meios de captar financiamento:

(...) , “as relações do setor público estadual com os seus próprios agentes financeiros, os bancos estaduais, intensificaram -se, em função do papel que essas instituições desempenharam ao expandir crédito e na intermediação dos repasses federais e empréstimos externos” (Idem, idem, p. 11).

Note-se que o Besc apareceu via implementação de um plano governamental que buscava atender aos setores de infra-estrutura, econômica e financeira mais debilitados do Estado, promovendo assim a alavancagem do crescimento econômico catarinense junto à economia nacional. O governo do Estado de Santa Catarina explicitou através do Besc o padrão de financiamento do Estado (padrão este até então inexistente), inserindo-se dessa forma no processo de financiamento Federal. Assim, com a constituição do Besc, o Estado poderia buscar recursos no Sistema Financeiro Nacional, principalmente junto às Instituições de Fomento, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, bem como, captar recursos externos.

O Besc, como já abordou-se no item 3.1 do capítulo terceiro, ficou responsável de gerenciar os fundos repassados pelo FINAME, FUNDESC e FUNDECE, bem como, recebia 15 % dos recursos do PLAMEG; fora ainda, a arrecadação tributária do Estado, os depósitos à vista, a captação de poupanças, a venda de títulos públicos, o que colocou o Banco a mercê do Estado.

O Banco do Estado de Santa Catarina, foi na verdade, a ponte utilizada pelo governo estadual para transitar recursos financeiros e rolar suas dívidas fortalecendo segundo Lopreato (1993:11), a posição que os Estados ocupavam como responsáveis pelo financiamento e que ampliariam, dessa forma, a rede de relações no seio do setor público estadual.

No próximo item abordar-se-á a distribuição dos recursos controlados pelo Besc nos setores industriais de Santa Catarina.

4.2.1. Distribuição dos Recursos

Antes de entrar-se neste assunto, é pertinente esclarecer que a falta de dados sobre o mesmo limitou a possibilidade de realizar-se uma análise profunda do tema. Para a realização deste item investigou-se os Relatórios Anuais (neste período de análise o banco somente possuía relatórios anuais), bem como, recorreu-se a outras fontes, tais como trabalhos secundários existentes, principalmente dissertações.

Já sabe-se que o Banco do Estado de Santa Catarina tinha como ações imediatas procurar atender alguns ramos da indústria, como: carvão; indústria de carnes de pequenos animais; mecânica; definir pólos de industrialização; implantar indústrias de solúvel e a indústria pesqueira.

Segundo o Relatório Anual do BDE, de 1962, a indústria catarinense no ano de 1958 estava distribuída da seguinte forma: setor alimentar com 27,1 % da produção total; setor madeireiro com 19,6 %; setor extrativista-mineral com 8,1 %; setor metal-mecânico com 8,0 %; e outros setores com 17,8 % do total produzido. A distribuição dessas indústrias em termos geoeconômicos dava-se da seguinte maneira: as indústrias alimentares localizavam-se na Bacia do Itajaí, no Litoral de São Francisco e Vale do Rio do Peixe; as indústrias têxteis nas zonas do Vale de Itajaí e São Francisco, sendo todavia, os municípios de Blumenau e Joinville os de maiores importâncias em termos de produção.

Sendo assim, foram transferidos à indústria catarinense no primeiro ano de funcionamento do Banco 4,8 % dos recursos destinados ao financiamento de capital de longo prazo. Já para o ano de 1963 foram repassados à indústria 11 %. Os dados fornecidos pelos Relatórios Anuais do Banco nem sempre estão apresentados em forma de distribuição por grupos da indústria, sendo as vezes fornecido em dados brutos. Assim, tem-se que analisar esses dados com certo cuidado na hora de realizar-se sua interpretação. Lembre-se que até 1968 o Banco atuava principalmente como realizador do PLAMEG, sendo que seus recursos foram distribuídos conforme prioridade estabelecida neste Plano.

O primeiro ano fornecido em esquema de grupo, coincide justamente com a entrada em vigor da reforma financeira.

Em 1964 os repasses realizados pelo Banco foram feitos como demonstra a Tabela I.

TABELA - I
VALORES APLICADOS NA INDÚSTRIA CATARINENSE - 1964

Grupo de indústria	Valor percentual %
Alimentar	17,95
Têxtil	16,66
Mecânica e Metalúrgica	12,53
Material elétrico e de comunicações: empresas de energia elétrica	32,90
Madeira e Mobiliário	4,12
Couro, Peles e Artefatos	4,29
Diversos	11,56
TOTAL	100,00

Fonte: Relatório Anual BDE, 1964.

Observando-se a Tabela I vê-se que, do total dos recursos repassados ao Banco, o grupo que teve maior demanda foi o das empresas energéticas com 32,90 %. Lembrando-se que o problema energético apresentado no período, era um empecilho marcante no desenvolvimento industrial, assim foi fundamental investir nesse setor.

A indústria alimentar ficaria em segundo lugar, com 17,95 % dos recursos e a indústria Têxtil⁶ logo em seguida com 16,66 %.

Segundo Giese (1991:74), um estudo do setor têxtil realizado pelo BRDE- SDE- IBAGESC-FUNDESC mostra que dos 70 % dos investimentos realizados neste setor localizaram-se na região de Blumenau e Brusque, e 26 % na região de Joinville. Note-se

⁶ Sobre o desenvolvimento da indústria têxtil de Santa Catarina ver: GIESE, Barbara. A atuação política do empresariado catarinense dos ramos têxtil e agro-industrial: demandas e canais de influência (1970-1985). UFSC, Dissertação de Mestrado. Florianópolis, 1991.

todavia, que a região de Blumenau-Brusque apresentava um desenvolvimento interiorizado, longe dos financiamentos do governo até meados dos anos 50.

Isso deu-se devido a experiência profissional e o conhecimento técnico dos imigrantes que, aplicados ao capital, deram origem as importantes indústrias têxteis, tais como: a CIA Hering Ltda; a Kaisten e a Schlösser (BOSSLE, 1988, p. 37). Por serem indústrias de famílias imigrantes recentes, geralmente os excedentes eram transformados em compras de máquinas no exterior com facilidades de compras, resultando no aumento do déficit público estadual. Era necessário portanto aumentar o crédito à essas empresas para que estas realizassem seus investimentos na região, comprando equipamentos de outras empresas regionais, bem como, aplicando seus recursos em outras áreas.

Um outro grupo industrial bastante beneficiado com os repasses foi o setor alimentício, principalmente no oeste catarinense. É também nesse setor que, através do crédito financeiro surgiu uma das principais indústrias alimentícias: a Sadia Oeste S.A. Exemplo disso, no ano de 1966 esse setor recebeu 70 % dos empréstimos (Relatório Anual, 1966.). O setor madeireiro recebeu no mesmo ano 10 % seguido da metalurgia com 9 % dos repasses.

Finalizando, o Besc investiu, aproximadamente, até o ano de 1970 o equivalente a CR\$ 12 bilhões de cruzeiros.

4.2.2. O Besc Nasce Articulado Com O Plano de Metas Do Governo Num Contexto De Mudanças Políticas Estaduais

Como pôde-se ver no item 4.2, o Besc nasceu num contexto político de interesses das elites catarinense, mantidos com o governo Celso Ramos. A estratégia política de realizar-se um Seminário Sócio-Econômico, possibilitou ao governo montar seu primeiro Plano Governamental. Este viria atender as deficiências dos diversos setores econômicos do Estado.

Parece interessante salientar o que foi o Seminário Sócio-Econômico propriamente dito.

4.2.2.1. O Seminário Sócio-Econômico

O Seminário Sócio-Econômico de Santa Catarina foi, basicamente, um estratégia política realizada pela elite empresarial catarinense ligada à oligarquia Ramos. Este Seminário teve à sua frente um grupo de intelectuais do PSD, articulados com a FIESC-ESG-CNI, como já explanado.

Baseado nesse quadro é que foram iniciados os trabalhos do Seminário Sócio-Econômico, ocorrendo primeiramente no ano de 1959 na cidade de Chapecó, com o objetivo de levantar os problemas da região (SILVEIRA LENZI, 1983, p. 279).

Ainda segundo o mesmo autor, o Seminário Sócio-Econômico de Santa Catarina estava estrategicamente dividido em macrorregiões geopolíticas, contendo sete cidades pólos do Estado, as quais subdividiam-se em dezessete microrregiões (1983: 281).

Para a realização da pesquisa formaram-se grupos de trabalho, cada qual responsável em levantar os problemas apresentados nos diversos setores da economia. O Seminário foi realizado em três etapas: reuniões informais com contato pessoais e um questionário previamente elaborado; encontros regionais nas principais cidades do Estado; e o Seminário propriamente dito, de onde saiu o "Documento Básico" (SILVA, 1996, p.193).

Em todas as dezessetes microrregiões houve participação absoluta dos grupos de trabalho.

"Dessa forma, realizada a tarefa dos grupos locais de trabalho, estava facilitada a pesquisa, pois a finalidade principal desses contatos informais era de provocar o interesse da pessoa entrevistada, a quem eram revelados integralmente o método, o conteúdo e a finalidade do Seminário. (...), discutiram-se as informações e as conclusões dos grupos locais, que

serviriam para a elaboração de dezoito documentos sobre diversos tópicos: 1. educação; 2. transporte; 3. energia; 4. financiamento; 5. agricultura; 6. saúde pública; 7. valorização e recuperação de terras, colonização, fixação do homem à terra, indústria pesqueira; 8. problemas habitacionais; 9. recursos mineralógicos, aproveitamento do carvão; 10. comunicação; 11. turismo; 12. investimento estrangeiro; 13. industrialização em geral; 14. problemas sociais, o trabalhador; 15. comércio internacional e nacional; 16. indústria de madeira; 17. indústria do mate; 18. integração do Oeste no processo econômico de Santa Catarina” (SCHMITZ, 1985, p. 59).

Os resultados obtidos na conclusão do Seminário permitiram mostrar os fatores de estrangulamento do desenvolvimento industrial catarinense. Diagnosticou-se a deficiência da geração, transmissão e distribuição de energia elétrica; inadequadas vias e meios de transporte de superfície; carência de indústria de base; falta de financiamento para promover-se o desenvolvimento; insuficiência de recursos para o atendimento da produção industrial, e entre outros.

A partir desse levantamento foi dada maior ênfase à produção de energia elétrica e ao aumento de crédito para fomentar o desenvolvimento industrial catarinense, possibilitando assim, a instalação de novas indústrias no Estado.

Observe-se que a falta de distribuição de energia elétrica e a escassez de crédito foram pontos-chaves para o baixo desenvolvimento industrial catarinense. O Estado de Santa Catarina precisava então dar respostas imediatas à estas questões, que estavam atreladas ao padrão de financiamento do Estado.

4.2.2.1.1. Energia

A resposta imediata encontrada pelos grupos de trabalhos para a questão energética seria, segundo o “Documento Básico” da FIESC, adotar-se um plano de eletrificação do Estado, com execução em etapas, de tal maneira que pudesse ser transferida à população novas disponibilidades de fornecimento energético - até o ano de 1965, o fornecimento foi de 201.900 KW e até o ano de 1975, o equivalente a 355.000 KW:

Deveria-se dar melhor aproveitamento aos desníveis e quedas d'água dos rios Itajaí e afluentes, Cubatão, Santa Cruz, Chapecózinho, Flôres, Garcia, Uruguaí e Cânoas, e também aumentar a participação da Sotelca em 100.000 KW até o ano de 1965, e em 300.000 KW até o ano de 1975, podendo-se também fornecer energia aos dois Estados vizinhos, viabilizando-se dessa maneira o aumento dos investimentos no setor industrial.

4.2.2.1.2. Crédito

Com relação à falta de crédito para os setores econômicos, sugeriu-se a criação de um Banco de Desenvolvimento do Estado para atender aos reclames de crédito, de forma a financiar os investimentos em máquinas e técnicas agrícolas e industriais e fornecer crédito geral tendo em vista o incremento de produtividade. Os recursos que seriam repassados ao Banco deveriam ser aproveitados para financiar transporte (rodoviários, ferroviários e aéreo); aparelhamento dos portos e navegação; energia; indústria básica; armazéns; silos; frigoríficos e matadouros industriais, etc.

O resultado de todas estas propostas foi consubstanciado no Plano de Metas do Governo Estadual - PLAMEG I (1961-1965).

“ O Plano previa a constituição de um Banco de Desenvolvimento. Convertido em lei Estadual nº 2.719, de 27 de maio de 1961. A Carta Patente foi expedida em 14 de Julho de 1961, como sociedade anônima de economia mista e com capital inicial integralizado pelo PLAMEG. No ano de 1961, instituiu o Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - FUNDESC, com o objetivo de promover estudos e projetos vinculados ao desenvolvimento econômico e social do Estado ” (...)(SCHMITZ, 1985, p. 108).

O Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina serviria como a espinha dorsal de todo o Plano de Metas, podendo assim o governo estadual realizar suas principais metas propostas em campanha.

Como proposta dada pelo Seminário, o Banco deveria ser de desenvolvimento, incluindo as operações de Banco Comercial ou de Depósitos, (SCHMITZ, 1991, p.

315). Sendo assim, foi a partir deste Seminário que o governo do Estado criou o seu primeiro Plano de Metas - PLAMEG, que por sua vez desenvolveu-se a partir dos recursos captados pelo banco estadual, o Besc.

Este é o motivo de chamar-se, na época, o Besc de “espinha dorsal do PLAMEG”.

Pode-se concluir a partir dessas questões que o padrão de financiamento catarinense deu-se de forma tardia e reflexa à economia nacional. Enquanto que no país os principais Estados do Sul e Sudeste articulavam-se em volta do tripé de desenvolvimento econômico nacional, objetivando-se estruturar seus mecanismos de financiamento. O Estado de Santa Catarina, só viria a preencher esta lacuna no início dos anos 60 no contexto de uma estratégia política de retomada de poder governamental pela oligarquia Ramos.

O período de 1930 à 1950, significou para alguns setores industriais do Estado catarinense, principalmente o setor têxtil, a dificuldade de aumentar sua participação no mercado produtivo da Região Centro-Sul do país. A falta de investimentos nos diversos setores industriais, bem como, a existência de uma infra-estrutura básica debilitada e com mecanismos de financiamentos desarticulados, provocou um entrave para o desenvolvimento industrial do Estado catarinense.

Estas foram, portanto, as características básicas do padrão de financiamento estadual catarinense até início dos anos 60.

Mostrar-se-á no próximo item os reflexos da reforma financeira de 64 para o padrão de financiamento catarinense, em particular para o Besc.

4.3. Os Reflexos Da Reforma Financeira Nacional No Papel do Besc

Viu-se no capítulo terceiro, o que significou a reforma financeira, bem como, seus reflexos para o Sistema Financeiro Nacional.

Um reflexo importante da Reforma Financeira de 64 para a análise neste item foi com relação ao novo papel que os Bancos Estaduais ganharam. Estes, segundo Lopreato (1994:2), adquiriram uma nova posição no interior de seus governos, quanto ao recebimento dos depósitos oficiais, bem como, serviram como o meio mais usado pelos governos estaduais na rolagem de suas dívidas públicas.

O Estado de Santa Catarina, inseriu-se no padrão de financiamento nacional através da criação de uma instituição de fomento, o Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - BDE, que após a Reforma Financeira de 64 enquadrou-se na nova legislação bancária, passando à atuar no Sistema Financeiro Estadual como banco comercial estadual.

O Banco do Estado de Santa Catarina foi então o principal caixa do governo nos anos seguintes, como também o meio mais usado pelo governo estadual na captação de recursos internos e externos, objetivando realizar os financiamentos estaduais nos setores econômicos produtivos do Estado. Outra característica do Besc, foi com relação ao papel que passou a ter a partir da segunda metade dos anos 70, na rolagem da dívida pública estadual.

O Sistema Financeiro Estadual ficou organizado até a primeira metade dos anos 70 com: o Banco do Estado de Santa Catarina; o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul; e alguns fundos criados pelo Besc, como o FUNDESC e o controle da Companhia Catarinense de Crédito, Financiamento e Investimento. Sendo que em 1973 surge um novo agente financeiro de fomento, o Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, o Badesc.

4.3.1. O Novo Papel do Besc

Com essa nova estruturação do Sistema Financeiro Estadual o Besc passou a ter, até a primeira metade da década de 70, profunda participação no desenvolvimento da economia catarinense. O Besc, a partir do Fundo de Desenvolvimento de Santa Catarina - FUNDESC, passou a impulsionar o setor privado catarinense, ajudando empresas como: Embraco, Tupy, Hansen, Weg, Ceval e outras.

O Banco do Estado de Santa Catarina, objetivando ampliar suas operações no Estado, criou em 1971 várias empresas no Sistema Financeiro, tais como:

“Besc Financeira - Crédito, Financiamentos e Investimentos (Bescredi)-operações; Besc Turismo (Besctur); Besc Corretora de Seguros e Administradora de Bens (Bescor); Besc Crédito Imobiliário (Bescri); Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (Bescval) e Besc Corretora de Títulos, Valores e Câmbio (Bescam)” (BFSC, 30 Anos, p. 30).

Notemos, que o Besc procurou se estruturar em quase todos os setores financeiros. Esta foi uma maneira, de captar créditos no setor financeiro nacional e também estrangeiro. Por falta de dados, não disponíveis pelo Banco, supõe-se a partir de dados secundários que tenha sido essa uma das estratégias do banco para angariar fundos, possibilitando assim, aumentar o crédito aos setores privado e estatal catarinense.

O volume de depósitos do Banco também cresceu nesse período. De 1970 a 1974, esses depósitos passaram de 104 milhões de cruzeiros para 397. Outra característica do banco nesse período foi o aumento do número de suas agências pelo o Estado: de 42 passaram para 53 (fora seus postos de atendimento). Isto significava, portanto, uma atuação marcante do Banco pelo Estado.

O Sistema Financeiro Estadual no início dos anos 70, perdeu duas instituições bancárias comerciais privadas importantes, devido ao processo de concentração bancária. A perda principal deu-se em relação ao Banco INCO, ligado à oligarquia Konder-Bornhausen. Este fato originou na atuação única do Besc no Sistema Financeiro

Estadual no recebimento dos depósitos à vista. O que poderia explicar o aumento dos depósitos no banco no inícios dos anos 70, levado à ser o Banco a única sede bancária do Estado.

4.3.2. A Criação do Badesc

O Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - Badesc foi criado,

(...) "pela lei nº 4.950, de 11 de novembro de 1973, sob a forma de sociedade de economia mista, tendo sido transformado, posteriormente, em sociedade de economia mista de capital autorizado (lei nº 5.089, de 30/04/75)." (TEIXEIRA, 1984, p. 33).

A constituição de um novo agente financeiro no padrão de financiamento estadual catarinense deu-se, principalmente, porque o Banco do Estado de Santa Catarina envolveu-se a partir da segunda metade dos anos 70 com a ciranda financeira dos títulos públicos estaduais. O governo estadual de Santa Catarina passou a usar o Besc como principal agente na rolagem de sua dívida pública. Era necessário portanto criar uma nova instituição que ficasse responsável pelas funções de fomento até então realizada pelo Besc, procurando garantir o financiamento dos setores privado e estatal.

O padrão de financiamento estadual catarinense elevou assim, durante os anos 70, a economia catarinense no quadro produtivo nacional. O Estado catarinense no final dos anos 70 apresentou um aumento no seu PIB de 12 % ao ano.

Pode-se concluir que o Banco do Estado de Santa Catarina serviu, num primeiro momento, para a articulação do Estado catarinense no padrão de financiamento nacional e estadual (através da captação de recursos junto à instituições financeiras nacionais e internacionais), promovendo o desenvolvimento das políticas de planejamento do Estado, e sendo até a primeira metade dos anos 70 o único caixa do governo, quando cria-se o Badesc. Num segundo momento, o Besc reformula suas funções no Sistema Financeiro, criando outras instituições financeiras que possibilitaram ao Banco atuar mais abertamente no mercado financeiro estadual. Outra questão importante foi com relação

ao novo papel que o Banco obteve junto ao governo estadual na rolagem da dívida pública do governo de Santa Catarina.

5. Consideração Final

Levantou-se como proposta de trabalho, a verificação do papel do Banco do Estado de Santa Catarina - Besc, no padrão de financiamento catarinense nos anos 60 e 70. Identificando primeiramente os financiamentos cedidos pelo Banco à indústria catarinense.

Pôde-se verificar que o padrão de financiamento catarinense esteve desarticulado até início dos anos 60 quando, a partir do contexto político do período, criou-se no governo estadual o primeiro Plano de Metas do Governo, que buscou dar impulso ao desenvolvimento da economia catarinense na produção nacional. O Governo Estadual procurando tornar viável o funcionamento de seu plano, institucionalizou o Banco do Estado de Santa Catarina. Que através da captação de recursos junto aos agentes financeiros nacional pôde, assim, aumentar o crédito ao setores privado e estatal do Estado.

O Banco do Estado de Santa Catarina foi institucionalizado, primeiramente, como banco de desenvolvimento, sendo o principal agente credor do Plameg, que procurou atender, principalmente, à falta de crédito para o setor energético de Santa Catarina, bem como, outras áreas. No ano de 1964 o Besc investiu no setor energético o equivalente a 32,90 % de seus recursos. O financiamento a esse setor era necessário, pois havia necessidade de aumentar-se o fornecimento de energia elétrica para todo o Estado, de tal maneira que possibilita-se a expansão dos investimentos na indústria regional.

Um momento importante para o Besc foi com relação à Reforma Financeira de 64, pois foi a partir da nova reestruturação do Sistema Financeiro Nacional, que o Besc, pôde ampliar sua área de atuação no Sistema Financeiro estadual através de novas instituições financeiras de financiamento. O início dos anos 70 foram significativos para o Banco, já que foi nesse período que o Banco, através do Fundesc, pôde aumentar o número de financiamentos à indústria catarinense, permitindo que empresas como: Weg; Tupy; Hering; e entre outras, dessem seu grande salto na produção nacional. O Besc ficou sendo então, até a primeira metade dos anos 70, o único caixa do governo, quando

a partir da institucionalização de um novo agente financeiro, o Badesc, passa a ter uma nova abordagem. É utilizado pelo governo Estadual na rolagem da dívida pública do Estado.

Pode-se dizer que o Besc teve um papel importante no desenvolvimento do padrão de financiamento catarinense, pois foi a partir da sua institucionalização que o Estado de Santa Catarina articulou o seu padrão de financiamento com o Sistema financeiro nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAER, Mônica . Alguns antecedentes e as características jurídico-institucionais do Sistema Financeiro brasileiro. In: A internacionalização financeira no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 1986. p. 9-13.

..... Aspectos teóricos-metodológicos sobre o problema do financiamento. In: O rumo perdido: a crise fiscal e financeira do Estado brasileiro. São Paulo: Paz e Terra, 1993. p. 23-41.

BESC. O saldo positivo de 30 anos de trabalho. Revisão: Lucinéia Coelho. Florianópolis, 1996.

BIER, Amauri G.; PAULANI, Leda M.; MESSEMBERG, Roberto P. O desenvolvimento em xeque: Estado e padrão de financiamento no Brasil. p. 92-117.

BOSSLE, Ondina Pereira. História da industrialização catarinense: das origens à integração no desenvolvimento brasileiro. Ed. Comemorativa: Confederação Nacional das Indústrias; Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, 1988. 155 p.

BRAGA, José Carlos de Souza. A reestruturação das finanças: a estabilização e o desenvolvimento do Brasil. Campinas: Unicamp, 1992.

CUNHA, Idaulo José. Evolução econômica-industrial de Santa Catarina. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982. 216 p.

..... O salto da indústria catarinense: um exemplo para o Brasil. Florianópolis: Paralelo 27, 1992. 296 p.

FIESC. Santa Catarina: "documento básico"- Seminário Sócio-Econômico de Santa Catarina. Florianópolis, 1960.

GIESE, Bárbara. A atuação política do empresariado catarinense dos ramos têxtil e agroindustrial: demandas e canais de influência (1970-1985). Florianópolis, 1991. Dissertação de Mestrado - UFSC.

GOLDENSTEIN, Lídia. Repensando a dependência. Revisão: Rosa Mettifogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. 173 p.

LIMA, Antonio Ernani Martins. Financiamento para o desenvolvimento. Rio Grande do Sul. Texto didático, n.3, dez, 1994. p. 1-21.

LINHARES, Lauro Luiz. Transformações e tendências do Sistema Financeiro nacional e a experiência catarinense na década de setenta. Florianópolis, 1974.

LOPREATO, Francisco Luiz C. Dificuldades e perspectivas dos bancos estaduais. Texto para discussão, n. 43. Campinas: Unicamp, 1994. 25 p.

_____. Crise de financiamento dos governos estaduais (1980/1988). Texto para discussão, n. 26. Campinas: Unicamp, 1993. 52 p.

MINELLA, Ary Cesar. Poucos, ricos e poderosos. In: _____. Banqueiros: organização e poder político no Brasil. Tradução: Paulo Fróes. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; São Paulo: ANPOCS, 1988. p. 129-169.

OHLWEILER, Otto Alcides. Evolução sócio-econômica do Brasil: do desenvolvimento à nova República. 2 ed. São Paulo: Ortiz, 1990.

PASSONI JÚNIOR, Carlos. Panorama financeiro do Estado de Santa Catarina: agentes financeiros. In: SANTOS, Silvio Coelho. Ensaio sobre a economia catarinense. Florianópolis: Edeme, 1970. p.115 -133.

- RAMOS, Celso. Santa Catarina pode e deve ter seu banco. O Estado de Santa Catarina, Florianópolis, p. 7, ago. 1960.
- RAMOS, Flávio. O banco de desenvolvimento do Estado de Santa Catarina e sua participação no contexto estadual. In: O papel de um banco de desenvolvimento frente ao desafio da crise: a experiência do Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S.A. - Badesc no período 1975 - 1982. Florianópolis, 1984. Dissertação de Mestrado - UFSC. p. 33-41.
- RELATÓRIOS BDE. Relatórios anuais da diretoria do BDE. Florianópolis, 1962 - 1970.
- SCHMITZ, Sérgio. Bancos privados e públicos em Santa Catarina: a trajetória do BDE, (contribuição à história bancária catarinense). São Paulo, 1991. Tese de Doutorado - USP.
- Planejamento estadual: a experiência catarinense como Plano de Metas do Governo - PLAMEG (1961/1965). Florianópolis: UFSC, 1985. 134 p.
- Um banco empreendedor. São Paulo: USP, 1991.
- SILVA, Valdir Alvim da. Poder político e políticas públicas: inventário político do poder oligárquico em Santa Catarina - uma história de dominação de classe. Florianópolis, 1996. Dissertação de Mestrado - UFSC.
- SILVEIRA LENZI, Carlos A. Partidos e políticos de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC - Lunardelli, 1983.
- TAVARES, Maria da Conceição. Da substituição de importação ao capitalismo financeiro. 5 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

_____. O Sistema Financeiro brasileiro e o ciclo de expansão recente. In: BELLUZZO, L. G. M.; COUTINHO, R. Desenvolvimento capitalista no Brasil - ensaios sobre a crise. v. 1, São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 107-138.

TEIXEIRA, Naternes. Guimarães. O sistema bancário brasileiro e suas transformações frente à crise atual. São Paulo, 1985. Tese de Doutorado - UNICAMP.

ZINI JÚNIOR, Álvaro Antonio. Uma avaliação do setor financeiro no Brasil: da reforma de 1964/65 à crise dos anos oitenta. Campinas, 1982. Dissertação de Mestrado - UNICAMP.